"CAPACIDADE DE CARGA EM ZONA DE USO INTENSIVO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA, UBATUBA (SP)".

Robim, M. J.[1]; Fontes, M.A.[1]; Ribeiro, E.[2]; Correard, J.M.[3]

1.Pesquisador Científico do Instituto Florestal, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
E-mail: maria_robim@hotmail.com
2. Pesquisador de Apoio, Fundação Florestal, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
3. Professora da UNITAU e Colaboradora do Programa de Uso Público do Parque Estadual da Ilha Anchieta.

1. Introdução

A Ilha Anchieta localiza-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, na costa do Município de Ubatuba. Transformada em Parque Estadual em 29 de março de 1977 (Guillaumon, 1989), ocupando toda a área da ilha, caracteriza-se como sendo um dos únicos Parques insulares do Brasil em terras de domínio público. Do ponto de vista turístico, representa para a região um dos pontos mais atrativos não só pelas suas belezas cênicas, como também pelos aspectos históricos - culturais e ecológicos da região. Como um dos principais destaques dos roteiros de passeios de escunas, atrai um público que procura praias limpas e ambientes mais selvagem.

Esses fatores têm contribuído para que o Parque receba hoje, mais de 70.000 visitantes por ano, apresentando uma visitação condicionada às características do ambiente insular e do atrativo de praia, conduzindo a uma grande concentração de visitantes nos meses de verão. (Robim, 1999).

Nos últimos 10 anos, os registros de controle de visitação do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) apontam uma concentração de visitantes nos meses de janeiro e fevereiro, sendo que nos anos de 2000 a 2004, a média nestes meses é de 22.165 visitantes e em 2003, ano de maior visitação, uma média de 891 visitantes/dia. Quanto à distribuição de visitantes/dia, o período das 11:00s às 13:00 hs, concentra 60% do total dos visitantes.

De acordo com Talora e Magro (2003), o aumento do número de visitantes de uma área natural pode causar um aumento na freqüência de encontros entre os grupos de visitantes, causando uma diminuição na satisfação desses usuários, especialmente naqueles que esperam encontrar nas áreas naturais silêncio e tranqüilidade.Desta forma, este trabalho propõe a aplicação do conceito de capacidade de carga para estabelecer o limite de visitantes em zona de uso intensivo do PEIA, a fim de compatibilizar o uso público e os objetivos de manejo desta Unidade.

2. Objetivo

Este trabalho tem como objetivo determinar a capacidade de carga de uma área histórico cultural situada na zona de uso intensivo do Parque Estadual da Ilha Anchieta, com base na análise do padrão de distribuição espacial das visitas/dia e de fatores sociais que influenciam na satisfação e experiência dos visitantes na Unidade de Conservação.

3. Método

A metodologia utilizada para determinação da Capacidade de Carga da Zona de Uso Intensivo – Área Histórico-Cultural do PEIA, foi baseada em Cinfuentes 1992 e Cayot et al. 1996. Segundo o Plano de Manejo (Guillaumon, et. al., 1989), a Zona de Uso Intensivo abrange algumas "Áreas histórico-culturais", onde situam o prédio do presídio, bem como as edificações que serviram de apoio ao mesmo, entre as quais o quartel, várias residências e ruínas históricas. Considerou-se para este estudo, apenas a área que abrange o Píer, a Capela, o Prédio e ruínas do Presídio. Essa área é determinada pela Resolução SMA N° 87 de 11 de dezembro 1998, como o único ponto de desembarque dos visitantes que vêm de escunas para a Unidade de Conservação. Segundo Robim (1999), a maioria (81%) dos visitantes utiliza-se desse transporte.

Neste estudo, foram identificados os fatores de visita, físicos e sociais, por meio de consulta aos registros feitos pela administração e de observações em campo. Fatores de visita: a) horário de visitas: é uma das considerações básicas para a determinação da capacidade de carga; o número de grupos que podem visitar um sítio depende primeiramente do número de horas que o sítio está aberto às visitas (Cayot et al. 1996). Em nove meses do ano, o Parque está aberto à visitação, no período das 8:00 às 18:00hs e nos três meses restantes(temporada de verão), das 8:00 às 19:00 hs. Consideramos somente 8:00 horas disponíveis para as visitas, pois o primeiro passeio de escuna só chega ao Parque às 9:00 hs e ao final do dia, os visitantes do último passeio, necessitam de pelo menos duas

horas para realizarem a visita ao local e retornarem ao continente. b) tempo de visita: considera-se o tempo médio de 2 horas para que um grupo realize um roteiro completo, com tempo suficiente para visitar o Centro de visitantes, caminhar pelas ruínas, ouvir a interpretação feita pelo monitor ambiental, fotografar e descansar. Fatores físicos: a) superfície disponível: área aberta medida em m² b)Fatores sociais: a) número de pessoas: observa-se que a capacidade das escunas para o transporte de pessoas varia de 50 a 140 pessoas. Considerando o espaço do Centro de Visitantes e área aberta das ruínas, adotou-se como número máximo, 51 pessoas para esta área (50 visitantes mais o monitor ambiental). b) espaço mínimo por grupos, aplicado em áreas abertas. De acordo com Cayot et al. (1996), o espaço que cada grupo necessita também afeta a satisfação do visitante. No caso dessas áreas, o mínimo de 25m entre grupos e 4m² por pessoa.

4.Resultados

Os dados considerados para determinação da Capacidade de Carga Física (CCF) da área de estudo são: Horário de visitas: 8:00horas; número de sítios de visitação: 4 (Centro de visitantes, Ruínas, Espelho d´água e Capela); área em m²: 4052 m²; área ocupada por grupo de 51 pessoas: 830 m²; número de grupos: 5

Aplicados a formula: CCF = S/AG x NV por dia, onde S = superfície disponível em m²; AG = área ocupada por um grupo e NV por dia = número de vezes que o sítio pode ser visitado pelo mesmo grupo em um dia, obteve-se:

CCF = 4052/830 x 4 por dia

CCF = 20 grupos / dia, considerando que cada grupo é composto por 51 pessoas:

CCF= 1020 visitantes/dia

A administração do PEIA adotou esse limite de visitantes para a área, desde 2003. Entende-se que a capacidade de carga é relativa e dinâmica e depende de variáveis que podem mudar (Cayot et al. 1996), portanto condiciona-se à complementação deste estudo, a implantação de um programa de monitoramento que integre outros sistemas de planejamento e manejo de visitantes como, o LAC (Limite Aceitável de Mudança) e VIM (Manejo do Impacto dos Visitantes), como já vem sendo realizado nas Trilhas do Parque, por meio do Projeto de Proposição de Políticas Públicas- FAPESP, aplicado às unidades de conservação paulistas" (Barbieri, et.al, 2003).

5. Considerações finais

Considerando os limites do método, a capacidade de carga estabelecida neste estudo deve ser monitorada, levando-se em conta as condições adequadas e aceitáveis para a zona de uso intensivo do PEIA. É importante que a administração do Parque desenvolva ações de convencimento junto à comunidade local para que o uso turístico da área seja compatível aos objetivos de manejo. É necessário que as empresas de escunas ajustem os seus horários de passeios e números de passageiros aos limites de capacidade de carga da área. Recomenda-se que essas empresas disponibilizem a cada 50 passageiros, um monitor ambiental capacitado pelo Parque.

6. Referências Bibliográficas

BARBIERI, J.C. et. al. **"Avaliação e Gestão de Impactos Sócio-Ambientais da Visitação Pública em Unidades de Conservação"** Projeto FAPESP nº 98/14.175-5 – EAESP-FGV, Fundação Florestal e Instituto Florestal – SMA/SP, 2003. (Relatório-FAPESP- FaseIII).

CAYOT, L. et al. **Determinación de la capacidad de carga turística en los sítios de visita del Parque Nacional Galápagos**. Servicio Parque Nacional Galápagos e Instituto Ecuatoriano forestal y de àreas naturales y vida silvestre. Puerto Ayora, Galápagos, Ecuador, 1996.

CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidad de carga Turística en Áreas Protegidas**. Centro Agronómico Tropical de Investigación u Enseñanza (CATIE) Serie Técnica, Informe Técnico nº 194. Turrialba, Costa Rica. 1992.

GUILLAUMON, J.R. et al. **Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**. IF-Série Registros, São Paulo, 1989. (1):1-103p.

ROBIM, M.J. **Análise do Uso Recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta:** uma contribuição ao manejo. São Carlos, 1999. 161p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

TALORA, A; MAGRO, C.T. Ecoturismo: integrando unidade e região na conservação da natureza. In: **Apostila do Curso "Avaliação e Gestão de Impactos Sócio-Ambientais da Visitação Pública em Unidades de Conservação"** Projeto FAPESP nº 98/14.175-5, 2003.13p

VII Congresso de Ecologia do Brasil

20 a 25 de novembro de 2005 - Hotel Glória - CAXAMBU - MG

Avanços nos estudos de ecossistemas terrestres, marinhos e de águas continentais.

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DE TRABALHO.

Autores: **Maria de Jesus Robim; Eleasar Ribeiro; Juliana M. Correard; Manoel de Azevedo Fontes**

Título: **"CAPACIDADE DE CARGA EM ZONA DE USO INTENSIVO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA, UBATUBA (SP)".**

Em relação ao trabalho encaminhado pelo prezado(a) congressista para o VIICEB, a comissão científica vem informar-lhe que o mesmo se adequa às regras definidas pela página web do evento e poderá ser apresentado no VII Congresso de Ecologia do Brasil.
Agradecemos sua participação. Esperamos por você em Caxambu em novembro!

Comissão Científica.